

OS TEMPOS MODERNOS

Crítica a Concepção Teocêntrica do Mundo

O movimento renascentista envolveu uma nova sociedade e portanto novas relações sociais em seu cotidiano. A vida urbana passou a implicar um novo comportamento, pois o trabalho, a diversão, o tipo de moradia, os encontros nas ruas, implicavam por si só um novo comportamento dos homens. Isso significa que o Renascimento não foi um movimento de alguns artistas, mas uma nova concepção de vida adotada por uma parcela da sociedade, e que será exaltada e difundida nas obras de arte.

Apesar de recuperar os valores da cultura clássica, o Renascimento não foi uma cópia, pois utilizava-se dos mesmos conceitos, porém aplicados de uma nova maneira à uma nova realidade. Assim como os gregos, os homens "modernos" valorizaram o antropocentrismo: "O homem é a medida de todas as coisas"; o entendimento do mundo passava a ser feito a partir da importância do ser humano, o trabalho, as guerras, as transformações, os amores, as contradições humanas tornaram-se objetos de preocupação, compreendidos como produto da ação do homem.

Uma outra característica marcante foi o racionalismo, isto é, a convicção de que tudo pode ser explicado pela razão do homem e pela ciência, a recusa em acreditar em qualquer coisa que não tenha sido provada; dessa maneira o experimentalismo, a ciência, conheceram grande desenvolvimento. O individualismo também foi um dos valores renascentistas e refletiu a emergência da burguesia e de novas relações de trabalho. A ideia de que cada um é responsável pela condução de sua vida, a possibilidade de fazer opções e de manifestar-se sobre diversos assuntos acentuaram gradualmente o individualismo. É importante percebermos que essa característica não implica o isolamento do homem, que continua a viver em sociedade, em relação direta com outros homens, mas na possibilidade que cada um tem de tomar decisões.

Crise Religiosa e o fim da Hegemonia da Igreja Católica

Foi o movimento que rompeu a unidade do Cristianismo centrado pela Igreja de Roma. Esse movimento é parte das grandes transformações econômicas, sociais, culturais e políticas ocorridas na Europa nos séculos XV e XVI, que enfraqueceram a Igreja permitindo o surgimento de novas

doutrinas religiosas. A Igreja estava em crise, a burguesia crescia em importância, o nacionalismo desenvolvia-se nos Estados modernos e o Renascimento Cultural despertava a liberdade de Crítica. O aumento populacional somado às transformações que vêm junto com esse aumento acarreta em um baque entre a Igreja e essas transformações. Os intelectuais das cidades pensam hipóteses, passam a ter idéias, problemas que antes não existiam. O termo "Igreja Católica" é posterior ao Concílio de Trento, uma forma de diferenciação perante os protestantes. Antes só existia a Cristandade.

A esse movimento de divisão no cristianismo e surgimento das novas doutrinas, Luterana, Calvinista e Anglicana, dá-se o nome de REFORMA e à reação da Igreja, realizando modificações internas e externas, de CONTRA-REFORMA. Contudo, esse movimento foi precedido por várias manifestações nos séculos anteriores, mas nenhuma delas conseguiu o rompimento definitivo com a Igreja Romana.

Expansão Ultramarina e Formação dos Impérios Coloniais

A expansão ultramarina Européia deu início ao processo da Revolução Comercial, que caracterizou os séculos XV, XVI e XVII. Através das Grandes Navegações, pela primeira vez na história, o mundo seria totalmente interligado. Somente então é possível falar-se em uma história em escala mundial. A Revolução Comercial, graças a acumulação primitiva de Capital que propiciou, preparou o começo da Revolução Industrial a partir da segunda metade do século XVIII. Apenas os Estados efetivamente centralizados tinham condições de levar adiante tal empreendimento, dada a necessidade de um grande investimento e principalmente de uma figura que atuasse como coordenador – no caso, o Rei. Além de formar um acúmulo prévio de capitais, pela cobrança direta de impostos, o rei disciplinava os investimentos da burguesia, canalizando-os para esse grande empreendimento de caráter estatal, ou seja, do Estado, que se tornou um instrumento de riqueza e poder para as monarquias absolutas.

Após a crise do século XVI, a economia européia sofreu transformações essenciais, na medida em que as riquezas exteriores, adquiridas na expansão marítima, não só ampliou o grande comércio, como também elevou o nível científico. Foram intensificados os estudos para desenvolver a bússola, novos modelos de embarcações (caravelas, nau), o astrolábio, portulanos (livrinho que continha a observação detalhada de uma região, feita por um piloto que estivera lá antes) e

cartas de navegação. Esses novos conhecimentos, aliados a nova visão do mundo e do homem, preconizada pelo Renascimento, ampliaram os horizontes europeus, facilitando o pleno desenvolvimento da expansão ultramarina. Essa expansão foi a responsável pelo surgimento de um mercado mundial, baseado no capital gerado pelas atividades comerciais, que afetou todo o sistema produtivo e favoreceu a consolidação do Estado Nacional. No século XVI, as nações pioneiras (Portugal e Espanha) prosseguiram suas viagens conquistando territórios na América, África e Ásia e estabelecendo um domínio colonial nessas regiões. Inglaterra e França procuravam romper tal domínio na tentativa de conseguir mercados e áreas de exploração.

Antigo Regime Europeu e A Formações das Monarquias Nacionais

Comumente compreendida como uma forma de governo que veio superar os entraves do mundo feudal, a ascensão dos Estados Nacionais Absolutistas envolve um conjunto de fatores bem mais amplos que simples mudança de um sistema sócio-econômico. É bem verdade que, desde o século XI, com o reaquecimento das atividades comerciais pela Europa, alguns costumes e práticas da Idade Média perderam espaço para o início de um novo período histórico. Porém, existem outros fatores de ordem cultural, geográfica e filosófica importantes para a compreensão desse processo.

Dessa forma, não foi só pelo interesse da burguesia comercial que os Estados Nacionais conseguiram se firmar em solo Europeu. Os chamados teóricos do absolutismo, que surgiram principalmente no século XVI, também serviram de base para que essa nova forma de regime político pudesse se estabelecer. Mesmo defendendo novas idéias, podemos também compreender que as teorias Absolutistas não promoveram uma ruptura completa com alguns pontos da sociedade feudal.

No Estado Absolutista, a autoridade máxima era representada pela figura do rei, que na grande maioria dos casos tinha origem nobre. A partir disso, podemos evidenciar que a nobreza detentora de terras, poderosa durante o mundo feudal, também participou dos mais elevados quadros políticos da Idade Moderna. É importante lembrar que os nobres, dentro do Estado Absolutista, desfrutavam de grandes privilégios como, por exemplo, a isenção de impostos.

Contundo, não podemos deixar de frisar o papel da burguesia, que via na unificação e nas padronizações político-administrativas um meio eficaz para ampliar seus ganhos comerciais. A descentralização política, o pagamento de tributos feudais e a falta de uma unidade monetária limitavam imensamente os ganhos comerciais. Com a criação de um território unificado, onde só o Estado cobrava impostos e existia uma mesma moeda, era possível aumentar os lucros da burguesia.

Para a criação dos estados, além do interesse da burguesia e da nobreza, também deveriam ser desenvolvidas um novo conjunto de valores culturais e ações geopolíticas que legitimassem a nova ordem estabelecida. Dessa forma, os Estados Nacionais procuraram definir seus territórios, promoveram a criação de símbolos nacionais, criaram uma única moeda, estabeleceram uma língua oficial e, até mesmo, recontaram as origens do povo pertencente àquela nação. Outro fator importante na construção do Estado Nacional foi a adesão da Igreja ao novo poder, proclamando o caráter divino do rei.

Assim, devemos compreender que a formação dos Estados Nacionais como um processo lento e gradual. As monarquias nacionais foram surgindo na Europa ao custo de diversas batalhas e tratados que vão dar a estabilidade necessária a esse tipo de governo. Entre outras batalhas podemos destacar a Guerra da Reconquista, que expulsou os árabes da península Ibérica; e a Guerra dos Cem Anos, que marcou disputas territoriais entre a Inglaterra e a França como exemplos das disputas que marcaram a formação das Monarquias Nacionais.